

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADE DOCTUM DE CARANGOLA**

ANNA KAROLINA DE OLIVEIRA BARROZO

**A EFETIVIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO FRENTE À
ATUAL ORDEM JURÍDICA**

**CARANGOLA
2017**

INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADE DOCTUM DE CARANGOLA

ANNA KAROLINA DE OLIVEIRA BARROZO

**A EFETIVIDADE DA MEDIDA SOCIEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO FRENTE À
ATUAL ORDEM JURÍDICA**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito da
Faculdade Doctum de Carangola, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel Direito.
Área de Concentração: Direito Penal**

Orientadora: Prof. Rejane Soares Hote

**CARANGOLA
2017**



FACULDADE DOCTUM DE CARANGOLA

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: A EFETIVIDADE DA MEDIDA SOCIEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO FRENTE À ATUAL ORDEM JURÍDICA, elaborado pela aluna ANNA KAROLINA DE OLIVEIRA BARROZO, foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Direito da Faculdade Doctum de Carangola, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM DIREITO.

Carangola, ___ de _____ 2017.

Prof. Orientador

Prof. Examinador 1

Prof. Examinador 2

ABREVIATURAS E SIGLAS

CAJE – Centro de Atendimento Juvenil Especializado

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HC – Habeas Corpus

ONU – Organização das Nações Unidas

PIA – Plano Individual de Atendimento

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UIPP – Unidade de Internação do Plano Piloto

RESUMO

O presente trabalho possui como fundamento analisar as normas que tangem o menor infrator frente a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. No contexto deste trabalho será discutido os aspectos mais relevantes no desenvolvimento das leis destinadas aos menores no Brasil, em momentos distintos, uma análise acerca dos preceitos que envolvem os menores infratores, os atos infracionais e os procedimentos processuais que englobam estes atos. Para isso foi realizada uma descrição histórica acerca das leis dos direitos do menor, bem como foi buscada uma definição satisfatória para o adolescente infrator e para os atos infracionais que são regulados perante lei especial, o ECA. Através desse estudo será proveniente destacar os aspectos importantes de cada medida socioeducativa e do princípio da proteção integral destacado pela CF/88, e com isso fazer uma análise acerca da eficácia da medida socioeducativa de internação. O objetivo do presente trabalho é demonstrar que apesar de toda a discussão que engloba a redução da maior idade penal onde os seus defensores questionam a eficácia da medida de internação, a mesma possui um caráter pedagógico que em comparação ao regime carcerário tende a ser mais eficaz para a ressocialização dos menores, mas que não tem obtido a eficácia esperada frente ao descaso dos próprios garantidores da proteção integral dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescente infrator, ato infracional, medida socioeducativa, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, internação.

ABSTRACT

The present work has as basis to analyze the norms that touch the minor infractor in front of the Federal Constitution of 1988 and the Statute of the Child and the Adolescent. In the context of this work we will discuss the most relevant aspects in the development of laws aimed at minors in Brazil at different times, an analysis of the precepts that involve minor offenders, infractions and procedural procedures that encompass these acts. For this, a historical description of the laws of the rights of the minor was carried out, as well as a satisfactory definition was sought for the adolescent offender and for the infraction that are regulated by special law, the ECA. Through this study, it will be necessary to highlight the important aspects of each socio-educational measure and the principle of integral protection highlighted by CF/88, and with that make an analysis about the effectiveness of the socio-educational measure of hospitalization. The objective of the present study is to demonstrate that despite all the discussion that encompasses the reduction of the greater penal age where its defenders question the effectiveness of the hospitalization measure, it has a pedagogical character that in comparison to the prison system tends to be more effective for the socialization of minors, but that has not obtained the expected efficacy against the neglect of the guarantors themselves of the integral protection of adolescents.

Keywords: Teenage offender, infraction, socio-educational measure, Child and Adolescent Statute, Federal Constitution, hospitalization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	BASE HISTÓRICA – DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS AO ECA.....	9
3	DO ADOLESCENTE INFRATOR E DO ATO INFRACIONAL.....	15
3.1	Do Procedimento de Apuração do Ato Infracional.....	17
4	DOS SUJEITOS GARANTIDORES DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO MENOR.....	21
4.1	Do Estado.....	22
4.2	Da Família.....	24
4.3	Da Sociedade.....	25
4.4	Da Comunidade.....	27
5	DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.....	29
5.1	Das Hipóteses de Internação.....	32
5.1.1	Da Internação Provisória.....	32
5.1.2	Da Internação Definitiva.....	34
5.1.3	Da Internação Sanção.....	37
5.2	Da Eficácia da Medida Socioeducativa de Internação.....	38
5.3	Da Ineficácia da Medida Socioeducativa de Internação.....	42
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	47

